



ANEXO I

RESUMO EXPANDIDO

PROJETO AFROEXT- RUPTURAS E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Heloise de Lima Silva¹
Ihoranny Carollany Cardoso
Magno²
Josecley de Paula Alves³
Raianne Nogueira de Sousa⁴
Nicelma Josenila Costa de Brito⁵

RESUMO

Este relato de experiência tem por finalidade apresentar o Programa Luiz Alberto Oliveira Gonçalves de extensão: políticas educacionais em equidade racial - intitulado AFROEXT- o qual é um programa de extensão oriundo da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), coordenado nacionalmente pela Profa. Dra. Joana Guimarães (UFSB) e coordenado em Belém do Pará pela Profa. Dra. Nicelma Brito (UFRA). O programa é vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) da UFRA desde agosto de 2025, e tem encaminhado a realização de levantamentos acerca das questões sobre a implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), nos municípios mapeados pelo programa. A metodologia do trabalho se configura como uma pesquisa básica sendo uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa. As discussões estão estruturadas nos autores Brito (2018), Coelho e Coelho (2013), Carneiro (2005) e os marcos legais que norteiam os processos educacionais do país no que tange à diversidade. Os resultados preliminares apontam para um cenário de lacunas em relação ao que preconiza a Lei nº10.639/2003 sinalizando a demanda ainda presente em torno da formação continuada de professores que atuam na escola básica.

Palavras-chave: Educação das Relações Étnico-Raciais; Formação Continuada; AFROEXT

¹Professora da Secretaria Municipal de Educação de Marituba(SEMED)/heloiseldoria01@gmail.com

²Discente de Pedagogia da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) / ihorannymagno@gmail.com

³Professora da Secretaria de Educação e Cultura de Belém(SEMEC)/bebelpauljsoy34@gmail.com

⁴Discente de Pedagogia da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)/rainogueira96@gmail.com

⁵Professora da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) / nicelma.brito@ufra.edu.br



INTRODUÇÃO

Este relato de experiência apresenta um recorte do Projeto AFROEXT- Programa Luiz Alberto Oliveira Gonçalves de extensão: políticas educacionais em equidade racial - programa de extensão oriundo da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), coordenado nacionalmente pela Profa. Dra Joana Guimarães (UFSB), e coordenado em Belém do Pará pela Profa. Dra Nicelma Brito (UFRA). O projeto é vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) da UFRA, desde agosto de 2025.

O AFROEXT objetiva a criação de Equipes Extensionistas de Formação de Profissionais da Educação Básica para gestão, planejamento, financiamento e monitoramento da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e da Educação Escolar Quilombola (EEQ).

No âmbito do Projeto desenvolvido na UFRA, as ações incidem na formação de equipe de professores/as da Educação Básica e estudantes de cursos de licenciatura da Universidade Federal Rural da Amazônia com vistas atuação em rede na Formação de Profissionais da Educação Básica no âmbito do Programa de Extensão em Políticas Educacionais de Equidade Racial-AFROEXT, em atividades que promovam a gestão, planejamento, financiamento e monitoramento da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). Esta formação ocorre mediante encontros Étnico-Raciais (ERER) e da Educação Escolar e Quilombola (EEQ), problematizando lacunas que ainda se apresentam na Região Metropolitana de Belém no tocante à ERER. Neste contexto, o projeto mapeou algumas escolas com vistas à obtenção de cenários preliminares relacionados à implementação dos marcos legais voltados para a ERER.

Dentre os municípios inseridos nos levantamentos, este trabalho estabelece como recorte o município de Marituba, no qual o levantamento nos possibilitou situar preliminarmente alguns aspectos que ainda são latentes no campo educacional no que se refere à aplicação dos marcos legais voltados para a ERER.

O Município de Marituba fica localizado na região metropolitana de Belém, a 23,4 km da capital. Sua rede municipal de ensino trabalha com todas as séries e etapas da educação básica. Desde 2024 a cidade se inclina para o trabalho da ERER com formações continuadas para professores/as, e em 2025 tivemos o lançamento dos livros com temáticas voltadas para a Lei nº10.639/2003.

Este investimento se apresenta como uma demanda, segundo argumentam Coelho e Coelho (2013) ao enfatizarem a necessidade de discutir a narrativa acerca do mito da democracia racial nas escolas, evidenciando nos ambientes escolares o protagonismo de grupos até então marginalizados, como negros e indígenas. É nesta perspectiva, que as



formações continuadas são importantes estratégias para um fazer docente que contemple a conformação racial dos estudantes inseridos nas escolas públicas, dentre as quais situam-se as escolas de Marituba. Torna-se, portanto, fundamental destacar o papel do Programa AFROEXT enquanto estratégia promotora de reparação social e histórica diante das desigualdades ainda vivenciadas pela população negra e quilombola.

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa apresentada neste trabalho se configura como uma pesquisa de campo, sendo de natureza básica. Para obtenção de dados utilizamos a abordagem qualitativa através da entrevista. Nesse sentido, elaboramos um questionário semiestruturado composto de quatro perguntas abertas a fim de proporcionar aos entrevistados uma conversa mais dinâmica que pudesse explorar com afinco as experiências dos participantes. As perguntas aplicadas aos profissionais em relação a percepção da Lei nº10.639/2003 foram estas:

1) Durante a sua experiência docente, conseguiu presenciar projetos/dinâmicas de aulas/formações acerca da ERE? Em caso afirmativo, por gentileza, detalhe as experiências. 2) Quais desafios você poderia elencar que dificultam a implementação da lei 10.639/2003? E justifique-os. 3) De acordo com sua experiência, presenciaste alguma prática racista na escola? Em caso afirmativo, os técnicos e/ou os docentes intervieram em tal prática? 4) Acerca de sua experiência no ensino básico, os docentes possuíam autonomia e competência a ponto de trabalhar a lei 10.639/2003 em suas disciplinas, seus projetos ou na gestão?

Os dados advindos destes levantamentos sinalizaram, conforme a literatura especializada tem apontado sobejamente, para a relevância da formação continuada para a ERE nos espaços escolares.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E/OU DISCUSSÕES

Ao realizar um passeio pela história da educação no Brasil, é fundamental compreender que o acesso à escolarização foi sistematicamente negado à população negra. No período imperial, normas como a Lei nº 1 de 14 de janeiro de 1837 (Estado do Rio de Janeiro) e o Decreto nº 15/1839 exemplificam essa exclusão, proibindo explicitamente que escravizados e libertos frequentassem escolas públicas. Essas interdições institucionais não apenas proibiam o estudo, mas criavam uma barreira estrutural que perpetuava a submissão, reforçando a carência de professores dispostos a educar a população negra.



Nesse cenário, a educação voltada às camadas populares e à população negra limitava-se a uma educação elementar, focada em rudimentos de leitura, escrita e cálculo (Pilloti, Rizinni, 2021). Após a abolição, em 1888, a população negra amargou uma dura realidade de marginalização, sem políticas de acesso à educação, o que manteve altos índices de analfabetismo, conforme apontam estudos sobre a história da educação dos negros (Carneiro, 2005).

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal cujos princípios sinalizam para a criação de um Estado democrático de direito, salientando o direito à cidadania e à dignidade humana, porém as questões de cunho social para população negra ainda se situavam em uma realidade marcada por discriminações, preconceito e invisibilidade.

Neste panorama, mobilizações da sociedade civil organizada contribuem para o advento da Lei nº 10.639/2003, que modificou a LDB (Lei nº 9.394/1996) e tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira – em 2008, ampliações por meio da Lei nº 11.645 incluem a história e cultura Indígena. Essa legislação promove o reconhecimento do protagonismo da população negra e povos originários como agentes relevantes na construção da história e da identidade do país.

Estes marcos legais evidenciam a importância de se romper narrativas hegemônicas, para que vozes até então silenciadas pudessem ser reverberadas na sociedade, entretanto, muitas vezes por insegurança sobre a temática muitos professores evitam o tema e até mesmo reproduzem estereótipos em sala de aula.

Diante disso, o alcance do escopo das leis exige mais que conhecimento historiográfico; ele demanda também, o domínio sobre competências e habilidades docentes que permitam a crítica à tradição e a desconstrução de preconceitos relacionados ao papel dos agentes na conformação da nacionalidade e nação (Coelho; Coelho, 2013, p.72)

Com base nesse entendimento, reafirma-se que a formação de professores contribui para o fortalecimento de uma prática pedagógica comprometida com a equidade, por isso investir em formação inicial e continuada, é vital para que os docentes possam desenvolver competências e habilidades críticas, com a finalidade de promover uma educação inclusiva.

Os processos de formação continuada se conformam a partir de diversos espaços coletivos, nos quais a temática em questão se apresenta como objeto de crítica e discussão. Nesses espaços, os preceitos enunciados na legislação vigente, e em especial aqueles relativos ao Plano Nacional para Implementação das DCNERER, e, especialmente em parceria com as redes de Ensino, Instituição de Ensino Superior e escolas se constituem como desafios para divulgação e publicização da produção do conhecimento que valorizem a cidadania e a educação para a igualdade. (Brito, 2013, p.79)



Assim, em Marituba em que pese os investimentos em termos de recursos didáticos, os dados levantados situam um contexto que ainda evidencia a necessidade de formação continuada pautada no que definem às DCNERER para uma educação voltada para os estudos étnicos-raciais com equidade e justiça social que preconize a sociedade como sujeitos de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz dos dados preliminares, conclui-se que a implementação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 ainda enfrentam barreiras. O mapeamento realizado na região metropolitana de Belém, com destaque para o município de Marituba, revela um hiato entre a legislação vigente e a prática cotidiana nas escolas da educação básica.

Embora, tenham sido identificadas iniciativas pontuais, como formações continuadas e o lançamento de material didático em 2025, as entrevistas apontam para uma fragilidade na consolidação teórico-metodológica dos docentes. A persistência do mito da democracia racial e a carência de um suporte contínuo por parte da secretaria de educação evidenciam que a equidade racial ainda é tratada, muitas vezes, de forma periférica e não como um eixo estruturante do currículo escolar.

Nesse cenário, o Projeto AFROEXT, mostra-se relevante na medida em que atua como um indutor de políticas de reparação histórica. Ao fomentar a reflexão crítica e fortalecer a rede de cooperação entre a universidade e a comunidade escolar amazônica, o projeto tenciona o poder público e instrumentaliza o professorado para o combate ao racismo em todas as dimensões nas quais este se manifesta.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 33-44.

BRASIL. **Lei Nº 10.639/2003, 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei Nº 0.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir



no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira", e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm.> Acesso em: 18 fev. 2026.

BRITO, Nicelma Josenila Costa de. **Formação de professores e relações étnico-raciais: estudo sobre as produções científicas do período de 2003-2013**. 2018. 237 f. Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COELHO, W. N. B.; COELHO, M. C. Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 47, p. 67-84, jan./mar. 2013.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (org) **A arte de governar crianças: História das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.